

AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA: formas de existência em Mojuí dos Campos- PA

PEASANT FAMILY FARMING: forms of existence in Mojuí dos Campos- PA

Anderson Coelho Borges

Universidade Federal do Pará, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/UFPA), Belém, PA, Brasil
Andersonborges51@yahoo.com.br

Ricardo Theophilo Folhes

Universidade Federal do Pará, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/UFPA), Belém, PA, Brasil
Rfolhes@gmail.com

Resumo

A pesquisa busca compreender o trabalho não agrícola entre camponeses. Para análise foi selecionada a comunidade Terra de Areia, localizada no município Mojuí dos Campos, na região do Baixo Amazonas paraense. A decisão por essa comunidade se deve pelas profundas transformações territoriais e institucionais em face do avanço do agronegócio da soja e do processo de reestruturação do tecido urbano regional. Adota-se uma abordagem interdisciplinar e a adoção de métodos qualitativos e quantitativos. A partir da pesquisa de campo, verificou-se que as famílias camponesas que acionam atividades não agrícolas possuem restrição de terra, trabalho ou ambos.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Campesinato. Amazônia. Pluriatividade.

Abstract

The research seeks to understand non-agricultural work among peasants. For analysis, the Terra de Areia community, located in the municipality of Mojuí dos Campos, in the Lower Amazon region of Pará, was selected. The decision for this community is due to the profound territorial and institutional changes in the face of the advance of soybean agribusiness and the process of restructuring the regional urban fabric. An interdisciplinary approach and the adoption of qualitative and quantitative methods are adopted. From the field research, it was found that peasant families that engage in non-agricultural activities have restrictions on land, work or both.

Keywords: Family Agriculture, Peasantry. Amazon. Pluriativity.

Introdução

Desde a chegada da soja ao Planalto Santareno no final da década de 1990, tem ocorrido uma certa variedade de pesquisas na região que buscam compreender as diferentes faces dessa situação. Uma parte destes estudos tem se debruçado em descrever e analisar as estratégias de expansão e consolidação da soja, mostrando que políticas públicas estaduais e federais, investimentos públicos e privados em infraestrutura (aeroportuária, construção e pavimentação de estradas, recuperação e implantação de portos), acesso a resultados de pesquisa científica, além de estratégias diversificadas para aquisição de terras, proporcionam condições para a expansão da oleaginosa no Planalto Santareno (COSTA, S., 2012; SAUER; PIETRAFESA, 2013; CONCEIÇÃO, 2016; MIRANDA; SILVA, 2016). Outras pesquisas na região têm buscado analisar as relações das infraestruturas de apoio ao agronegócio, como o funcionamento de um terminal graneleiro da multinacional CARGILL instalado desde o ano 2001 na cidade de Santarém, com a reestruturação do tecido urbano-regional, gerando, entre outros fenômenos, mobilidade espacial entre comunidades rurais e dessas com as áreas urbanas (OLIVEIRA, H., 2014; TRINDADE, 2015; CÔRTEZ, 2016).

Por outro lado, os impactos socioambientais causados pelo agronegócio na região têm mobilizado a realização de pesquisas sobre os conflitos fundiários pela posse e uso da terra, o desmatamento, a contaminação de rios, solos e de seres humanos devido ao uso de agrotóxicos (COSTA, S., 2012; SAUER; PIETRAFESA, 2013; BARBOSA; FERRER, 2015; SAUER; MARTINS, 2016; BARBOSA; MOREIRA, 2017; LEÃO, 2017, COULDEL et al, 2020). Em adição, diversos estudos também mostram que o crescimento da área plantada por soja produz um variado leque de impactos sobre agricultores familiares camponeses que revelam as barreiras para a reprodução da vida, o êxodo rural e as dinâmicas excludentes e desterritorializantes geradas pelo agronegócio (CÔRTEZ; D'ANTONA, 2012; NAHUM; PAIXÃO JÚNIOR, 2014; SANTOS; CRUZ, 2015; CONCEIÇÃO, 2017).

As valiosas contribuições trazidas pelas pesquisas acima apresentadas, entre muitas outras, ilustram, de um lado, as relações de conflitos entre sujeitos do agronegócio e agricultores familiares camponeses, os impactos socioambientais e os arranjos institucionais que têm facilitado a ampliação da soja na região do Planalto Santareno. De outro lado, mostram que, apesar dos problemas, a agricultura familiar

camponesa ainda permanece com forte expressão econômica e social (BORGES, 2020; TRINDADE, 2015; FOLHES et al, 2020).

Todavia, uma análise mais detida sobre alguns fenômenos que, apesar da conjuntura desfavorável, permitem a persistência da agricultura familiar camponesa na região permanece ainda como uma lacuna a ser preenchida. Nesse sentido, a presente pesquisa se estruturou em torno da seguinte pergunta: sob quais condições produtivas e reprodutivas os camponeses do Planalto Santareno buscam o trabalho não-agrícola? Caso a busca pelo trabalho não agrícola seja importante, ela representa uma possibilidade de permanência do modo de vida camponês ou é um indicativo da sua extinção?

Orientado por essas perguntas, a presente pesquisa¹ se propõe analisar o trabalho não agrícola em uma formação camponesa que vive em área de expansão do agronegócio no Planalto Santareno, município de Mojuí dos Campos, oeste do estado do Pará, Amazônia brasileira. Objetiva-se analisar as especificidades do processo de tomada de decisão das unidades camponesas em torno da pluriatividade; fenômeno capaz de possibilitar a existência da agricultura familiar camponesa no território em face do avanço do agronegócio da soja e do processo de reestruturação do tecido urbano regional.

Nestes termos, a pluriatividade ocorre quando membros de uma unidade familiar de agricultores que optam por exercerem atividades não agrícolas mantendo o exercício de práticas produtivas características da agricultura familiar (SCHNEIDER, 2003a, 2009).

Entendemos que essa e outras estratégias tecidas pelas famílias agricultoras camponesas podem ser melhor compreendidas a partir de um elemento de determinação essencial: a eficiência reprodutiva (COSTA, 1993, 2012), mas em termos gerais busca explicar as relações entre dinâmica reprodutiva e produtiva no âmbito do processo decisório camponês.

O artigo, depois dessa introdução, está estruturado da seguinte forma. Na próxima seção é apresentado o referencial teórico-metodológico da pesquisa; em

¹ A pesquisa se insere no contexto de uma investigação mais abrangente, desenvolvida por pesquisadores do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Odisseia e da Rede Odisseia, junto aos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais dos municípios de Mojuí dos Campos, Santarém e Belterra.

seguida há a descrição da área de estudo e, em seguida, a discussão dos resultados. Por último são feitas as considerações finais.

Referencial Teórico-Metodológico

Utilizando uma abordagem interdisciplinar, a pesquisa buscou analisar a busca pelo trabalho não agrícola por famílias camponesas. Fazemos uso das reflexões teóricas marxistas e chayanovianas para em diálogo com os dados obtidos em campo argumentar que a pluriatividade não representa o fim da família camponesa, mas sim uma alternativa para garantir a sua reprodução. Portanto, o subcapítulo traz a reflexão teórica sobre o debate do campesinato na sociedade capitalista e o caminho metodológico realizado para entender o objeto de estudo.

A teoria de Marx era pessimista em relação à permanência do campesinato no sistema capitalista, pois quando comparado ao comportamento capitalista eles tenderiam a se reproduzir em condições limitantes, além de trabalharem em piores condições entregando parcela do seu excedente do trabalho realizado de graça para a sociedade (FARIA, 2001; COSTA, F., 2012). Além disso, segundo Almeida et al. (2000) para autores marxistas como Lênin e Kautsky, o campesinato teria um fim, pois na medida em que o camponês contratasse trabalho externo ou vendesse sua força de trabalho para as empresas capitalistas, tornando-se capitalistas ou assalariados, deixariam aos poucos as atividades agrícolas tradicionais.

Divergindo dessa linha de pensamento, Chayanov (1974) considera a existência do camponês no sistema capitalista, não como um ser passivo, mas como um sujeito que constrói sua vida a partir de fundamentos internos do equilíbrio entre trabalho e consumo da família, objetivando a sua reprodução. Isto, por sua vez, influencia nas suas tomadas de decisões, sendo capaz de realizar atividades fora da unidade produtiva tendo em vista o ajuste do equilíbrio reprodutivo da família a partir da queda de rendimentos da produção interna. Assim, a busca por atividades não agrícolas torna-se, na perspectiva de Chayanov, uma estratégia da família camponesa para manter o equilíbrio reprodutivo a partir da aplicação da força de trabalho nessas atividades.

Apoiada nessa perspectiva chayanoviana, Wanderley (2003) percebe a pluriatividade como uma estratégia dos agricultores levada à cabo para manter o equilíbrio da família:

[...] uma estratégia da família, com a finalidade de – diversificando suas atividades, fora do estabelecimento – assegurar a reprodução desse e sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família (WANDERLEY, 2003, p. 52).

Ainda de acordo com esta autora, uma unidade familiar para ser considerada pluriativa é somente quando o chefe da família trabalha fora do estabelecimento. “Isso acontece porque seu desempenho lhe assegura um tempo livre ou, quando ocorre o contrário, o estabelecimento não é capaz de absorver plenamente sua força de trabalho” (WANDERLEY, 2003, p. 52). Já para Schneider (2003, 2009) a pluriatividade é uma prática realizada por membros de uma unidade familiar de agricultores camponeses que conjugam o exercício de atividades agrícolas e não agrícolas.

Nesse artigo trabalhamos com a hipótese de que tanto a pluriatividade como outras estratégias tecidas pelas famílias agricultoras camponesas podem ser compreendidas a partir de um elemento de determinação essencial: a eficiência reprodutiva. Tal elemento teorizado por Costa (1993, 2012), refere-se a busca do equilíbrio reprodutivo e produtivo da família camponesa. Isso significa dizer que o bem-estar da família se coloca como o parâmetro inicial decisivo pois nela reside a fonte fundamental de força de trabalho ao mesmo tempo em que é unidade de consumo.

Quando o trabalho familiar consegue gerar as necessidades mínimas de consumo, de manutenção e de reposição dos meios de produção, mais eficiente funciona a unidade familiar. O equilíbrio do balanço entre produção e consumo para Costa (2012, p. 119) significa eficiência reprodutiva, ou seja, “observada pela ótica microeconômica, a capacidade do sistema (familiar) de internalizar e reter em seu proveito, o trabalho por ele próprio despendido”.

A busca pela eficiência reprodutiva leva a família a investir, de forma a manter a satisfação do grupo familiar em longo prazo. A eficiência reprodutiva só é perceptível sensorialmente a partir da tensão reprodutiva, a qual ocorre devido à falta de condições mínimas de consumo e reposição dos meios de produção. A referida tensão deriva de diferentes fatores, como: a necessidade de repor mecanismos materiais essenciais à reprodução; a introdução de produtos de consumo durável e fora do orçamento familiar esperado; bem como de questões ligadas à educação dos filhos e outros custos correlatos. Nesses momentos de crise, o camponês passa a intensificar a força de trabalho empenhada, diversificando as atividades produtivas, aumentando a jornada de

trabalho ou, a depender das circunstâncias, buscando trabalho não agrícola. (COSTA, 2012).

De posse desses elementos teóricos, recorreremos a métodos de pesquisa qualitativa e quantitativa para a coleta de dados de campo. Utilizamos dados primários da base de dados do Projeto Odisseia para a realização de análises quantitativas e qualitativas. O foco foi direcionado a comunidade Terra de Areia pertencente ao município de Mojuí dos Campos, sobretudo pelo fato dela ter sido o espaço em que a área plantada de soja mais cresceu, onde se apresenta uma dinâmica crescente da agricultura familiar camponesa e onde foi possível realizar a pesquisa de campo e utilizar a técnica da observação participante (MARTINS, 2004). O levantamento de informações ocorreu de 27 de maio a 11 de junho do ano 2019. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com instituições locais, as conversas ocorreram a partir de perguntas abertas para proporcionar o aprofundamento das informações obtidas durante os diálogos entre o pesquisador e os entrevistados². Na comunidade, buscou-se averiguar outras questões não mencionadas nas conversas, cuidadosamente, a partir da observação participante. Para isso, um diário de campo foi utilizado, a fim de registrar o máximo de informações.

Outro método de pesquisa utilizado foi a análise documental de relatórios públicos de experimentos realizados sobre a soja, de manchetes de fontes de jornais disponibilizadas pelo Instituto Cultural Boanerges Sena de Santarém, entrevistas com agricultores das comunidades, entre outras literaturas (por exemplo COSTA (2012); CONCEIÇÃO (2016); MIRANDA; SILVA, (2016); SAUER; MARTINS (2016).

Para a análise dos dados, utilizou-se uma abordagem interdisciplinar, exploratória e descritiva. Nelas, foram selecionadas duas variáveis para cada família (terra disponível e força de trabalho apta) escolhida na comunidade pesquisada. A partir dessa amostra, pôde-se identificar o comportamento delas em relação ao acionamento ou não da pluriatividade, relacionando-se a descrição dos resultados à abordagem da teoria central da pesquisa, que trata sobre o investimento camponês (COSTA, 1993, 2012) e da pluriatividade (SCHNEIDER, 2003).

² Utilizamos pseudônimos de plantas nativas da Amazônia, bem como espécies de peixes para identificar os entrevistados da pesquisa.

A comunidade Terra de Areia

A comunidade Terra de Areia fica localizada a 12 km da área urbana do município de Mojuí dos Campos e a 38 km do principal centro comercial da região, situado no município de Santarém (Figura 1).

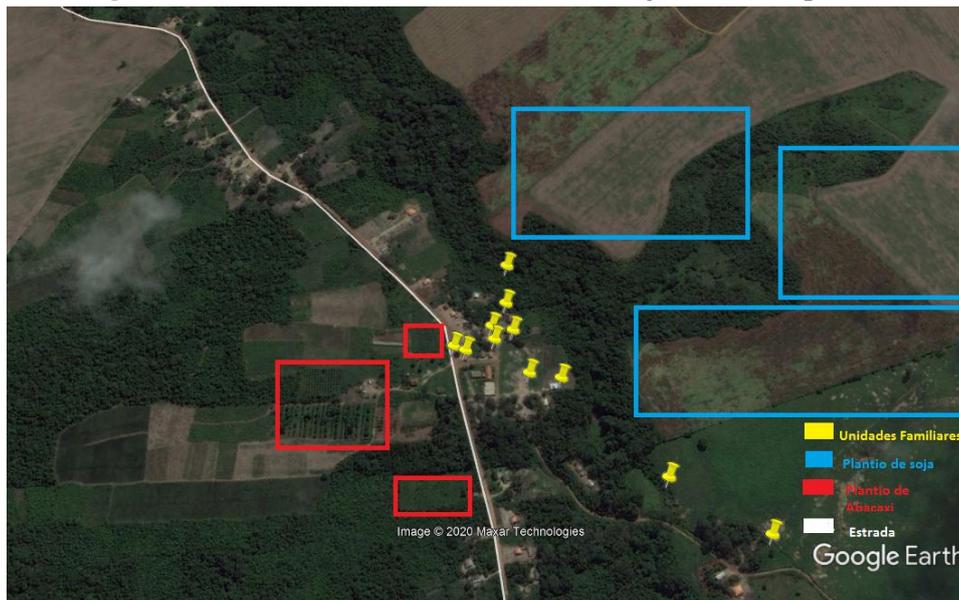
Figura 1: Área de estudo



Fonte: IBGE, 2018.

Na Figura 2, os pinos amarelos representam os estabelecimentos de agricultores que residem na comunidade; unidades familiares estas que, em sua maioria, estão localizadas próximo à estrada (linha branca) que dá acesso às comunidades do entorno e às áreas urbanizadas da região. Além disso, ao redor dessas residências, observam-se extensas áreas da monocultura de soja, destacadas em azul; áreas onde, antigamente, localizavam-se fazendas, roças, matas e casas de antigos moradores da comunidade.

Figura 2 – Comunidade Terra de Areia, Mojuí dos Campos-PA



Fonte: Google Earth, 2020.

Os moradores mais antigos da comunidade afirmam que ela foi fundada no dia 09 de março de 1988. O nome da comunidade surgiu do fato de que quando os moradores chegaram à área, encontraram uma faixa de terra preta muito fértil, onde se dizia ter existido uma aldeia indígena no local.

Em sua maioria, os fundadores de Terra de Areia eram oriundos da região nordeste do Brasil. Para o agricultor Tajatuba, seus pais saíram do estado do Ceará nos anos de 1950 devido à forte seca que ocorreu na região. Depois de uma passagem pelo Acre onde trabalharam na coleta do látex, souberam da disponibilidade de terras no planalto santareno, e resolveram migrar nos anos 1960 e 1970 para a região.

Até a década de 1960, a principal atividade econômica comercial desenvolvida por esses camponeses no local era o extrativismo de cipós, o breu (*Pinus palustris*), Castanha-do-Pará (*Bertholletia excelsa*), madeiras e pele de caça. Na década seguinte, a produção de Malva (*Malva sylvestris*) para comercialização de sacarias de fibra. Entretanto, com a substituição do emprego industrial da malva por fibras sintéticas a atividade entrou em declínio, tendo paralisado suas funções (LEROY, 1989; HOEFLE, 2013).

Durante as décadas de 1970-1980, passou a predominar na região a produção da pimenta do reino (*Piper nigrum*), até que a recorrência de pragas e doenças fitossanitárias na região levou os camponeses a diminuir a produção. A rizicultura e a

produção de farinha destacavam-se como alimentos que serviam à subsistência e à comercialização.

Nos anos 1970, a produção de abacaxi já existia na região, pois fora introduzida por um camponês de origem paraibana na comunidade Baixa D'Água, distante 2 km de Terra de Areia. Na década de 1990, com a diminuição das produções de malva e arroz, outros agricultores foram migrando para a cultura do abacaxi. Doações de mudas entre os agricultores fizeram com que a produção aumentasse na comunidade e se espalhasse para comunidades vizinhas. Foi a expansão dessa cultura que fez surgir a Associação de Produtores e Moradores das Comunidades de Terra de Areia, Água Fria e Baixa D'Água (AMTAB), em 31 de março de 1999, contando com 23 associados. O objetivo era melhorar o manejo técnico do abacaxi, como consta nos relatórios da associação. Graças a articulações da AMTAB os camponeses passaram a receber capacitação técnica, treinamentos e oficinas ministrados pela Emater e Secretária Estadual de Agricultura e Abastecimento (SAGRI) para o aprofundamento do conhecimento acerca do produto. Em meados da década de 1990, a produção dos associados girava em torno de um milhão de pés de abacaxi; o que fez ser a maior produtora em quantidade de frutos colhidos do abacaxi da região.

O crescimento da área plantada e do número de agricultores cultivando abacaxi, coincidiu com a chegada de produtores de grãos provenientes do centro-oeste e sul brasileiros nessa porção do espaço amazônico. Estes começaram a arrendar ou comprar terras de fazendeiros que viviam no local desde os anos 1960.

De acordo com um agricultor entrevistado em Terra de Areia, um de seus vizinhos possuía em sua área algumas cabeças de gado que criava para a subsistência, porém, vendeu-as para os sojeiros. Ele também destaca que morava com seus pais até o ano de 2012, contudo, após a morte de seu pai, sojeiros apareceram querendo comprar o seu lote de 20 ha. Sua mãe, demonstrando agrado para com a oferta feita, vendeu o terreno e foi morar em outra comunidade, mais afastada do município.

Os agricultores entrevistados afirmam que os sojeiros possuem lotes de terras de 30 ha em média espalhados pela comunidade Terra de Areia, alguns comprados de filhos de agricultores que, devido à morte dos pais, naquele período e em face do valor ofertado pela compra, acabavam vendendo suas terras. Porém, informaram que, atualmente, a prática da venda de terras diminuiu porque os agricultores da comunidade

começaram a ver na produção do abacaxi uma oportunidade de investimento que traz retorno e possibilita a reprodução da família na comunidade.

Considerando os documentos da AMTAB e os relatos dos agricultores, bem como os trabalhos de campo na comunidade Terra de Areia, é possível concluir que cerca de 50 famílias residem no local. A maioria das unidades familiares trabalha com a produção do abacaxi; cultura que representa a principal fonte de renda desses agricultores e os qualifica com a reputação de constituírem a comunidade que mais produz a cultura na região.

A relação terra x trabalho

À luz de uma abordagem interdisciplinar exploratória e descritiva, procurou-se atingir os objetivos da pesquisa sobre a comunidade Terra de Areia. A fim de realizar uma averiguação na escala da comunidade, utilizou-se o método qualitativo e quantitativo, especialmente no que se refere à mobilização dos dados coletados no Projeto Odisseia, à execução da observação participante e à efetivação de treze entrevistas semiestruturadas junto a produtores de abacaxi durante os meses de maio a junho de 2019.

A Tabela 1 apresenta a disposição das variáveis tamanho da terra e força de trabalho disponível (número de pessoas aptas a realização do trabalho no lote) em cada uma das famílias entrevistadas. Realizou-se a soma das variáveis do total de famílias e a divisão do resultado pelo número total de entrevistados, com o intuito de obter a média que vai guiar a divisão dos grupos dessas famílias.

Tabela 1 – Terra x Trabalho: famílias camponesas

Terra de Areia	F*1	F*2	F*3	F*4	F*5	F*6	F*7	F*8	F*9	F*10	F*11	F*12	F*13	Média
Terra (ha)	27	29	27	0,6	4	1,2	34	48	9,7	0,6	4	9,7	2	15,13
Trabalho	1	1	3	1	4	1	3	2	1	2	2	1	2	2

Fonte: Base de dados do Projeto Odisseia INCT, 2019.

*F: Família

A Tabela 1 apresenta as variações relacionadas à composição de pessoas nas famílias camponesas. Assim, foram contabilizadas, ao todo, 43 pessoas nas treze famílias entrevistadas, entretanto, somente 24 pessoas foram consideradas pelos entrevistados como força de trabalho disponível à atividade produtiva realizada pelas famílias. No total, os estabelecimentos pesquisados somam 196,8 ha.

Em seguida, a Tabela 2 foi estruturada em grupos de acordo com a disponibilidade de terra e trabalho deles, a se destacar: grupo 1 (restrição de trabalho e abundância de terras); grupo 2 (restrição de trabalho e restrição de terras); grupo 3 (abundância de trabalho e restrição de terras); e grupo 4 (abundância de trabalho e abundância de terras). Esta metodologia foi utilizada por Costa (2012) e, para evitar riscos de arbitrariedade analítica, o corte foi realizado na posição relativa da unidade em relação ao conjunto de todas as unidades investigadas, considerando as posições de abundância (+) ou restrição (-), às que se situam, respectivamente, abaixo ou acima da média verificada para o conjunto em relação aos fatores em questão.

Tabela 2 – Terra x Trabalho: Terra de Areia

Terra de Areia	Terra		Trabalho		Grupo
	Abundância (+)	Restrição (-)	Abundância (+)	Restrição (-)	
Família 1	X			X	Grupo 1
Família 2	X			X	Grupo 1
Família 3	X		X		Grupo 4
Família 4		X		X	Grupo 2
Família 5		X	X		Grupo 3
Família 6		X		X	Grupo 2
Família 7	X		X		Grupo 4
Família 8	X		X		Grupo 4
Família 9		X		X	Grupo 2
Família 10		X	X		Grupo 3
Família 11		X	X		Grupo 3
Família 12		X		X	Grupo 2
Família 13		X	X		Grupo 3

Fonte: Base de dados do Projeto Odisseia INCT, 2019.

O grupo 1 apresenta duas famílias com disponibilidade de terra e força de trabalho semelhantes: ambas possuem abundância de terra, porém, falta força de

trabalho necessária para ajudar na atividade produtiva familiar. Uma delas é a do agricultor Maçaranduba, que nasceu no município de Quixadá, no estado do Ceará, e migrou para a Amazônia nos anos 1980 em busca de melhores condições de vida, período em que foi trabalhar no município de Oriximiná pelo projeto Porto Trombetas³, na área de garimpo. Porém, devido à diminuição na procura do mercado internacional pelo alumínio fez diminuir a oferta de trabalho, o que o motivou a migrar novamente para a comunidade Terra de Areia, onde casou e passou a viver da agricultura de mandioca e abacaxi em uma área de 27 ha com sua esposa, a qual, desde então, dedica-se somente ao trabalho doméstico.

Ainda de acordo com a Tabela 2, existem quatro famílias no grupo 2 que possuem falta de força de trabalho e baixa disponibilidade de terras necessárias à reprodução de suas famílias. Uma delas é a do produtor Tajatuba, que tem 9,7 ha de terras adquiridas por meio de herança dos seus pais, os quais migraram do Ceará para o estado do Acre, na década de 1950, a fim de explorar a borracha e, anos depois, do Acre para a Terra de Areia, no estado do Pará, onde passaram a viver da agricultura. Atualmente, apesar de possuir terras e desenvolver diversas culturas produtivas nesta comunidade, o produtor em tela reside no município de Santarém, em decorrência tanto de seu casamento, quanto da proximidade do trabalho que realiza durante a semana em uma instituição voltada à agricultura familiar. Entretanto, nos finais de semana, ele vai para a Terra de Areia se dedicar à área produtiva.

Ademais, pudemos identificar a presença de quatro famílias que, apesar de possuírem abundância de força de trabalho, detêm baixa disponibilidade de terras. A título de exemplo, destaca-se a família do produtor Cajuaçu, cuja propriedade totaliza 0,6 ha e é utilizada para o plantio de algumas culturas hortícolas. Entretanto, sua residência é arrendada e nela moram três pessoas: ele e sua esposa, que se dedicam ao trabalho na agricultura, e seu filho de 6 anos que apenas estuda. A produção é destinada a atravessadores que vão até a comunidade negociar o valor da compra do produto.

O grupo 4, por sua vez, conta com três famílias que possuem terra e força de trabalho em abundância e, por isso, são consideradas as mais produtivas da comunidade. Dessa maneira, há que se destacar, igualmente, a história da família do Inajá, um agricultor produtor de abacaxi, filho de pais cearenses que migraram para a Amazônia

³ Projeto Porto Trombetas criado em 1974 para receber trabalhadores que foram para a região explorar e extrair minério.

devido à falta de alimento provocada pela seca no Nordeste. Assim, nos anos 2000, ele e seus irmãos começaram a plantar abacaxi, sobretudo em virtude do êxito que essa cultura estava tendo na região, mas também a partir do incentivo de seu cunhado, que morava na comunidade Baixa D'Água.

A área produtiva em que começaram a plantar abacaxi era de oito hectares, onde trabalha ele, seus cinco irmãos e seu pai. A partir disso, como relata, foram obtendo terras com a venda do produto:

Cresceu! Hoje nos somos seis irmãos. Nós começamos a trabalhar em oito hectares do nosso avô. Aí trabalhava todo mundo junto, começou a plantar abacaxi lá. Aí graças a Deus conseguimos comprar 16 hectares aqui nos castanhal, na beira da estrada. Aí nossos irmãos foram todos pra esses hectares, todos os seis irmãos! Aí compramos depois 37 hectares, próximo de Mojuí, em Igarapé da Lama, e fomos pra cima! Acabemos os 16, fomos pra cima dos 37 e aí produzimos! Produzimos lá e temos muito abacaxi, e compramos 19 hectares aqui, que é onde estamos trabalhando! Tudo eu e meu irmão! Aí nós expandimos muito. Esse ano que meus irmãos voltaram a trabalhar nesses oito hectares que já estavam bem matadas, que estava toda plantada de novo. Que nós começamos a plantar umas duas vezes, nós todos, até que nós conseguimos, eu e meu irmão conseguimos comprar esse terreno! Aí passamos tudo pra esse terreno de 16 hectares, depois passamos para os 37 hectares, depois passamos pra esses 20 hectares e agora, ano passado, eles plantaram as oito hectares todinha. Mas agora na área de oito hectares são quatro irmãos. Nós que já compramos! Nós não estamos mais lá, agora, na área do abacaxi que compramos (Inajá, agricultor, entrevista realizada em 11 de abril de 2019).

Seu depoimento reflete que o trabalho coletivo familiar foi proporcionando o êxito na produção do abacaxi, bem como o investimento em novas áreas para o aumento da produção. Eles foram aumentando o orçamento subjetivamente a partir do cenário favorável do mercado investindo na compra de terras. Além disso, próximo à área onde tem produção de abacaxi, os mesmos arrendam parcela da terra para um sojicultor e o capital arrecadado foi e está sendo direcionado para investir no aumento da produção de abacaxi.

Atualmente, ele e seus irmãos produzem abacaxi e outros produtos, como a pimenta do reino, a macaxeira, a pupunha, o tomate, a laranja, a tangerina e o limão. No processo de comercialização da produção, a tarefa é dividida entre os membros da família. As esposas desse grupo de irmãos ficam encarregadas de vender a produção nas feiras da cidade de Mojuí dos Campos e, principalmente, na feira do Mercado 2000, localizada em Santarém.

Além disso, existe um membro da família que é responsável pelo transporte da produção para mercados localizados nos municípios de outras regiões do Pará, como

Itaituba e Altamira, da mesma forma que para outros estados, como Mato Grosso, pela BR-163, e Roraima, Amazonas e Amapá, pela via fluvial. Outra estratégia utilizada é a destinação para os supermercados varejistas da cidade de Santarém (Figura 3).

A divisão do trabalho realizada na família do Inajá a partir da força ativa disponível para realizar atividades é dividida entre os membros de forma a diminuir a penosidade de cada unidade de trabalho realizada (COSTA, 2012).

Outra entrevista realizada com a produtora Samaúma, do grupo 4, demonstrou que a força de trabalho empregada por ela, seu marido e filho em uma área de 34 ha tem tido resultados positivos. Isto porque, a principal cultura realizada na terra é a do abacaxi, que, desde quando chegou à comunidade, nos anos 1990, representa a principal fonte de renda dos produtores; razão pela qual ela passou a se dedicar ao plantio.

Figura 3 – Feira do “Mercadão 2000”, em Santarém



Fonte: Anderson Borges, 2019.

Atualmente, Samaúma é considerada como uma das maiores produtoras na Terra de Areia. Além do mais, observando o retorno financeiro da cultura, vendeu para um sojeiro um terreno de 20 hectares que possuía na comunidade que estava rodeado de produção de soja e investiu na compra de terras em outra comunidade, chamada Jacaré.

Esta transação teve como justificativa um investimento futuro na cultura do abacaxi, pois a produtora considera que a tendência é o aumento da demanda por essa cultura na região e alhures. Ela também destaca que a produção que atualmente realiza é comercializada na cidade de Santarém, no Mercadão 2000, sendo o transporte realizado por intermédio de caminhão que comprou tanto com a venda da terra que possuía como

do retorno da produção. Além disso, a produção também é escoada por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que faz parte dos mercados institucionais que são “espaços de troca em que o principal agente passa a ser o Estado ou algum organismo público ou alguma organização pública não governamental, como aquelas que praticam o comércio justo” (SCHNEIDER, 2016, p. 125).

Como mostra a Tabela 3, as famílias dos 4 grupos aqui abordados buscam a contratação da força de trabalho externo em determinados momentos da produção.

Tabela 3 – Acionamento a mão de obra externa pela família

Terra de Areia	Utilização de mão de obra externa	
	<i>Sim</i>	<i>Não</i>
Grupo 1	1 família	1 família
Grupo 2	3 famílias	1 família
Grupo 3	3 famílias	1 família
Grupo 4	3 famílias	-

Fonte: Base de dados do Projeto Odisseia INCT, 2019.

As unidades produtivas dos grupos 1, 2, 3 e 4 possuem a necessidade de contratar mão de obra em dois momentos da produção – o plantio de mudas e a colheita da cultura –, pois são etapas que demandam o aumento da força de trabalho. Assim, faz-se necessário o pagamento de diárias para pessoas da comunidade ou próximas a ela.

No grupo 1, existe apenas uma família que não contrata mão de obra devido, segundo os entrevistados, ao chefe da família não investir muito na produção. Segundo os depoimentos, dos anos 1990 até meados dos anos 2000, essa família tinha uma produção em uma área de 1 ha, porém, com a diminuição da procura pelo produto, bem como dos mercados, buscou se dedicar mais a mandioca para consumo e venda na própria comunidade.

Em relação ao grupo 2, daquelas famílias que têm pouca disponibilidade de terra e trabalho, três acionam a mão de obra buscando o reforço mediante a realização do trabalho em algumas etapas produtiva. Entretanto, chama-se a atenção para o produtor Tajatuba, que, por possuir trabalho fora da comunidade, paga semanalmente uma pessoa da comunidade para cuidar de sua área produtiva.

No que concerne ao grupo 3, existem três famílias que fazem uso de força de trabalho externa, apesar de possuírem força de trabalho elevada em relação a outras

famílias. Este é o caso, por exemplo, do produtor Cajuacu, o qual, na etapa do plantio de mudas, utiliza essa mão de obra. Nos demais momentos, todavia, apenas ele e sua esposa ficam responsáveis pelo trabalho na área produtiva, o que eleva a penosidade do trabalho.

Diferentemente dos demais grupos expostos acima, todas as famílias do grupo 4, que têm força de trabalho e terra em abundância, aderem a contratação de força de trabalho nos momentos necessários a intensificação da produção. Neste sentido, a produtora Samaúma aumenta o número de pessoas na sua área produtiva a partir da contratação temporária de pessoas externas à unidade familiar. O pagamento para tal é realizado levando-se em conta cada pé de abacaxi plantado ou colhido sob o custo de cinco centavos.

Pluriatividade na comunidade

A comunidade Terra de Areia localiza-se a 48 km de distância da principal área urbanizada da região, no caso Santarém, porém, tem presenciado desde o início dos anos 2000, pessoas exercendo atividades não agrícolas. O acionamento a essas atividades é possível devido a nova configuração no território, principalmente com a chegada de novas infraestruturas que possibilitaram maior mobilidade das pessoas da comunidade para outras áreas de fluxo mais intenso.

A partir da Tabela 4, observou-se em algumas unidades produtivas camponesas a presença de, pelo menos, um membro da família realizando atividade não agrícola, em algum momento.

Tabela 4 – Tipos de atividades realizadas pelas famílias das unidades produtivas camponesas

Terra de Areia	Pluriativas	Agrícolas
Grupo 1	-	2 famílias
Grupo 2	2 famílias	2 famílias
Grupo 3	-	4 famílias
Grupo 4	1 família	2 famílias

Fonte: Base de dados do Projeto Odisseia INCT, 2019.

As duas famílias do grupo 2 acionam atividades não agrícolas. Estas, devido às condições particulares de ausência de terra e força de trabalho que possuem, acionam essas atividades que existem na região (contexto externo) buscando alcançar melhores condições reprodutivas para a família (COSTA, 2012). Um membro de uma família se dedica à atividade doméstica, enquanto na outra, do produtor Tajatuba, existe a realização, por um de seus membros, do trabalho no no Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Mojuí dos Campos (STTRMC) durante a semana. Entretanto, ambos os membros das famílias passam a exercer o trabalho agrícola em momentos disponíveis, principalmente nos finais de semana, configurando-se, assim, enquanto pluriativas, nos termos de Candiotta (2007) e Schneider (2003, 2009).

As demais famílias que possuem restrição de terra, trabalho ou ambos (Grupo 1, 2 e 3) procuram outras formas de permanência na terra, na maioria dos casos, os filhos com idade apta ao trabalho realizam atividades agrícolas direcionadas a cultura do abacaxi fora do lote da família, na própria comunidade. Outras alternativas encontradas são a venda na feira da produção de outros agricultores realizada, na maioria das vezes pelas mulheres, que na maioria dos casos possuem algum laço de parentesco com os agricultores, além de terem as rendas obtidas dos programas sociais, como o bolsa família que ajudam a complementar a renda.

Duas famílias se dedicam apenas ao trabalho na área produtiva, enquanto uma, além dessas atividades, dedica-se ao artesanato. É o caso da produtora Samaúma, que, após ter feito uma oficina, passou a realizar esse trabalho nos momentos em que não estava aplicando sua força na terra ou comercializando sua produção na cidade de Santarém. De acordo com seu relato, é um trabalho que, além de não requerer muito reforço, proporciona um rendimento adicional para a família.

No levantamento realizado a partir das entrevistadas concedidas foi possível identificar a atividade não agrícola por três jovens que residem na comunidade, em áreas da monocultura da soja. Segundo eles, o acionamento acontece em determinados momentos da colheita da cultura, assim eles passam a ser contratados para manusear máquinas pesadas.

Uma das famílias pertencentes a esse grupo afirmou que, a partir dos benefícios de renda que a cultura do abacaxi começou a oferecer para família, o filho foi interessando-se em adquirir o conhecimento dos pais sobre a produção e passou a investir na atividade, aumentando a sua força de trabalho. Outro fator, ademais, é a

necessidade que ele possui de constituir uma nova família, o que fará aumentar o número de membros e, conseqüentemente, o consumo (COSTA, 2012). No que diz respeito a esta questão, a produtora Samaúma enfatiza que:

[...] por exemplo, na minha casa era só o meu marido. Hoje em dia tem meu filho que dá 40 mil plantada. Meu cunhado era só ele, tem três filhos agora, que tão plantando, os filhos vão aprendendo e vão produzindo. Vai aumentando, aumentando, aumentando (Samaúma, produtora de abacaxi, entrevista realizada em 11 de junho de 2019).

Este caso representa uma continuação do cultivo do abacaxi na comunidade pelos filhos, pois a fruticultura tem se configurado como a principal fonte de renda para que as famílias mantenham boas condições reprodutivas, principalmente devido ao aprimoramento técnico da produção que a AMTAB possibilitou para seus associados, contribuindo para o aumento e para a aceitação do produto pelo consumidor da região. Portanto, a tensão reprodutiva das famílias declinou com a maior estabilidade da “integração do produto do trabalho camponês ao mercado” (COSTA, 2012, p. 115).

A Tabela 5 destaca a composição da renda das unidades produtivas, sendo divididas em dois tipos: as agrícolas (famílias que se dedicam apenas à produção agrícola) e as pluriativas (realização de várias atividades agrícolas e não agrícolas).

Tabela 5 – Composição da renda familiar

Famílias	Composição da renda familiar				
	<i>Aposentadoria/ pensão</i>	<i>Bolsa Família</i>	<i>Atividade agrícola</i>	<i>Atividade não agrícola</i>	<i>Outro benefício do governo</i>
Pluriativas	-	2 famílias	3 famílias	3 famílias	-
Agrícolas	4 famílias	6 famílias	10 famílias	-	4 famílias

Fonte: Base de dados do Projeto Odisseia INCT, 2019.

Das dez famílias apenas agrícolas, quatro recebem aposentadoria e benefício do governo, enquanto seis recebem Bolsa Família. Estas rendas fazem parte de um portfólio de alternativas que os agricultores acionam, a depender das necessidades dos membros da família.

Apesar destas rendas, a atividade agrícola do abacaxi se configura como a principal fonte de dividendos dos agricultores. Entretanto, aquelas famílias que possuem força de trabalho e terra em abundância (grupo 4) e que possuem produções de destaque na comunidade, além de estarem mais integradas ao mercado do que as famílias dos

demais grupos, têm buscado diversificar a produção no plantio da pimenta do reino, cumarú, laranja e limão em maior proporção, aplicando energia extra de trabalho e investimentos em atividades que possam garantir boas condições reprodutivas à família (COSTA, 2012) (Figura 4).

Das pluriativas, duas famílias recebem Bolsa Família, porém, as principais fontes de renda advêm das atividades não agrícolas e da produção do abacaxi. Neste sentido, a diversificação das atividades provém da necessidade de gerar um padrão reprodutivo familiar devido à restrição de terra e trabalho que possuem (grupo 2), mas também em assegurar uma renda extra sem precisar sentir a penosidade do trabalho aplicado (1 família do grupo 4). Estas atividades não agrícolas variam dependendo de cada unidade familiar, a depender do gênero e da condição de deslocamento até as áreas que ofertam essas atividades. Portanto, estas famílias acionam estratégias para manter sua existência, sem abandonar o trabalho na área agrícola (SCNHEIDER, 2009).

Figura 4 – Plantio da pimenta do reino na comunidade Terra de Areia, Mojuí dos Campos-PA



Fonte: Anderson Borges, 2019.

Vimos que, no caso aqui estudado, o acionamento de diferentes estratégias reprodutivas depende das condições reprodutivas de cada família. Assim, na comunidade Terra de Areia houve um padrão de busca pelo trabalho não agrícola pelas famílias com restrição de trabalho e terra (grupo 2), embora tenhamos registrado uma família com abundância de terra e trabalho (grupo 4). Nesse caso, podemos identificar que existe uma tendência ao acionamento da pluriatividade pelas famílias do grupo 2 e também do grupo 4, entretanto, embora com menor ocorrência nesse último grupo.

Essas atividades não agrícolas estão relacionadas ao artesanato, serviço doméstico e institucional voltado ao meio rural.

Considerações Finais

Considerando as características da agricultura familiar camponesa, identificou-se a diversidade de situações em que ocorrem ou não a pluriatividade no campesinato analisado a partir das variáveis terra e trabalho. Nesse sentido, as famílias que possuem pouca disponibilidade de terra, trabalho ou ambos, tendem a acionar a atividade não agrícola em algum momento da vida, todavia, isso não elimina o trabalho agrícola familiar. A partir das variáveis analisadas (terra e trabalho) identificamos uma tensão reprodutiva em famílias que no momento analisado, viviam sob limitações dessas variáveis. A tensão reprodutiva, ou seja, a ameaça de que não poderiam atingir o mínimo necessário para sua reprodução, em última instância, para a manutenção da sua condição camponesa, motivou a tomada de decisão para a busca de estratégias, que entre diferentes possibilidades (venda de terras, empréstimos, etc) manifestou-se na busca de trabalho não agrícola.

As famílias que possuem relativamente às outras famílias da comunidade melhor disponibilidade de terra e trabalho não tendem a acionar a pluriatividade. Nesse sentido, com base nos dados, é possível afirmar que diante da expansão do agronegócio na região do Planalto Santareno, os agricultores familiares camponeses acionam diversas formas para continuar se reproduzindo, resistindo e persistindo para manter sua condição camponesa no território.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida; PAULÍNO, Eliane Tomiasi. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. **Geografia, Londrina**, v. 9, n. 2, p. 113-127, 2000.

BARBOSA, Jonismar Alves; FERRER, Gabriel Real. O agronegócio da soja e as violações do direito à cidadania e ao desenvolvimento rural: um estudo de caso das comunidades locais de Santarém-PA, Brasil. **Conpedi Law Review**, [S. l.], v. 1, n. 12, p. 34-53, 2015.

BARBOSA, Jonismar Alves; MOREIRA, Eliane Cristina Pinto. Impactos socioambientais da expansão do agronegócio da soja na região de Santarém-PA e a

crise dos instrumentos de governança ambiental. **R. Jur. UNI7**, Fortaleza, v. 14, n. 1, p. 73-87, jan./jun. 2017.

BORGES, Anderson Coelho. **Agricultura familiar camponesa no planalto santareno: formas de existência em Mojuí dos Campos-PA**. 2020. 129 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Acadêmicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2020.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. Pluriatividade: aspectos históricos e conceituais. **Revista Faz Ciência**, Francisco Beltrão, v. 9, n. 10, p. 191-208, jul./dez. 2007.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 342 p.

CONCEIÇÃO, Francilene Sales da. Da territorialização camponesa à territorialização do agronegócio: um estudo geográfico da questão agrária em Santarém e Belterra/PA. **Revista Presença Geográfica**, Porto Velho, v. 2, n. 2, p. 55-69, 2016.

CONCEIÇÃO, Francilene Sales da. **A territorialização do capital e a expansão do agronegócio sojeiro: lutas e (re) existências dos camponeses/camponesas das comunidades nova esperança e nova aliança no município de Belterra/Pará**. 2017. 225 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017.

CÔRTEZ, Julia Corrêa. Fronteira agrícola na Amazônia contemporânea: repensando o paradigma a partir da mobilidade da população de Santarém-PA. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 11, n. 2, p. 415-430, 2016.

CÔRTEZ, Julia Corrêa; D'ANTONA, Álvaro de Oliveira. Urbanização do rural: mobilidade populacional e dinâmica do uso da terra em Santarém, Brasil. *In: CONGRESSO DE ASSOCIACIÓN LATINOAMERICANO DE POBLACIÓN*, 5., 2012, Montevideo. **Anais** [...]. Montevideo: ALAP, 2012. p. 1-23. Disponível em: http://www.alapop.org/Congreso2012/DOCSFINAIS_PDF/ALAP_2012_FINAL301.pdf f. Acesso em: 17 out. 2019.

COSTA, Francisco de Assis. O investimento na economia camponesa: considerações teóricas. **Papers do NAEA**, Belém, n. 8, p. 1-23, maio 1993. Disponível em: <http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/index.php?action=Publicacao.arquivo&id=62>. Acesso em: 12 maio 2019.

COSTA, Francisco de Assis. **Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo: teoria e prática nos EUA e na Amazônia brasileira**. Belém: Editora NAEA, 2012.

COSTA, Solange Maria Gayoso da. **Grãos na floresta: estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia**. 2012. 312 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

COUDEL, E. PASSOS, C.; SCHWAMBORN, T. **O Avanço do Agrotóxico**. In: COUDEL, Emilie et. el. (Org.). Consolidando a Agricultura Familiar no Planalto de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra. Brasília: INCT Odisseia, 2020.

FARIA, Alexandre Magno de Melo. A não consolidação das previsões clássicas do fim do campesinato sob o capitalismo: uma resenha. **Revista de Estudos Sociais**, Cuiabá, v. 3, n. 6, p. 45-58, 2001.

FOLHES, R. T.; COUDEL, E.; SILVA, H.; FEIJÃO, L; BORGES, C. **Quando o campo planta a cidade janta**. In: COUDEL, Emilie et. el. (Org.). Consolidando a Agricultura Familiar no Planalto de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra. Brasília: INCT Odisseia, 2020.

HOEFLE, Scott William. Santarém, cidade portal de fronteiras históricas do oeste do Pará. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 45-76, 2013.

LEÃO, Sandro Augusto Viégas. **Agronegócio da soja e dinâmicas regionais no Oeste do Pará**. 2017. 204 f. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação de Ciências em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

LEROY, Jean-Pierre. **Uma chama na Amazônia**: campesinato, consciência de classe e educação, o movimento sindical dos trabalhadores rurais de Santarém (PA), (1974-85). 1989. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1989.

MARTINS, Heloísa Helena de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MIRANDA, Rogério Rego; SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da. Das agroestratégias aos eixos territoriais do agronegócio no estado do Pará. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, n. 99, p. 1-29, mar. 2016.

NAHUM, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santarém (PA). **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 17, n. 25, p. 47-70, jul./dez. 2014.

OLIVEIRA, Helbert Michel Pampolha de. A cidade de Santarém e os grãos: a reestruturação produtiva de uma cidade média da Amazônia oriental. **Boletim Amazônico de Geografia**, Belém, v. 1, n. 02, p. 15-31, jul./dez. 2014.

SANTOS, Edeilton Pereira; CRUZ, Manuel de Jesus Masulo. Territorialidades divergentes no processo de expansão da soja no Baixo Amazonas, Pará. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 6, n. 3, p. 388-401, 2015.

SAUER, Sérgio; MARTINS, Pedro Sérgio Vieira. Cultivo de soya y conflictos por la tierra en la región de Santarém (Pará). In: VAN SOLINGE, Tim Boekhout; VÉLEZ-TORRES, Irene; SAUER, Sérgio; VAN DEN BRINK, Babette Berrocal Vargas (org.).

Tierra y derechos en aguas turbulentas: conflictos socio-ambientales en Colombia y Brasil. Utrecht: Utrecht University, 2016. p. 31-49. v. 1.

SAUER, Sergio; PIETRAFESA, José Paulo. Novas fronteiras agrícolas na Amazônia: a expansão da soja como expressão das agroestratégias no Pará. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Especial Geografia Agrária, p. 245-264, 2013.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 252 p.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. *In*: GRAMMONT, Hubert Carton de; MARTINEZ VALLE, Luciano (org.). **La pluriactividad en el campo latinoamericano**. Quito: FLACSO, 2009. p. 132-161. Disponível em: http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/diversificaonaagriculturafamiliarfumicultura/contents/photoflow-view/content-view?object_id=884960. Acesso em: 09 ago. 2019.

SCHNEIDER, Sergio. Mercados e agricultura familiar. **Construção de Mercados e Agricultura Familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 93-140, 2016.

TRINDADE, Gesiane Oliveira da. **A cidade & a soja:** impactos da produção e da circulação de grãos nos circuitos da economia urbana de Santarém-Pará. 2015. 123 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 42-61, out. 2003.

Recebido em 26/08/2021. Aceito para publicação em 07/04/2022.
--